

# Presidente dos TSD-Açores diz que “a crise não passou” “Desemprego nos Açores é quase 20% mais alto do que se verificava em 2010”

O presidente dos TSD/Açores acusou o Governo Regional de viver “num estado permanente de propaganda”, não hesitando “em recorrer à meia verdade e até à mentira para tentar iludir os açorianos, quando temos a mais alta taxa de desemprego em Portugal”, avançou.

“Por exemplo, quanto mais insucessos se verificam nas políticas de promoção do emprego e de combate ao desemprego e à precariedade, mais notas informativas o Governo Regional emite para confundir os açorianos”, disse Joaquim Machado, esta manhã, em conferência de imprensa.

Para o social democrata, “é hora de dizer basta a esta despuorida manobra de propaganda, que pode iludir muitos açorianos, mas que em nada muda a dura realidade nas nossas ilhas”, afirmou.

“E a realidade é que temos a taxa mais alta de desemprego em Portugal – 8,2% contra 6,3% no país -, números apurados para o segundo trimestre do ano e que são os últimos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística”, disse Joaquim Machado.

Para aquele responsável, há ainda outra coisa bem mais significativa: “os Açores ainda não saíram da crise. E basta comparar os números atuais com os de 2010, o ano antes de o país ter ficado à beira da bancarrota com a governação de José Sócrates”, desafiou.

“No país, a taxa regrediu para sensivelmente metade do que era há oito anos – 6,3% face a 10,8% -, enquanto nos Açores o desemprego é quase 20% mais alto do que se verificava em 2010. São mais 2100 açorianos desempregados”, frisou.

Joaquim Machado alertou para o facto de a taxa de desemprego ser apurada “trimestralmente, segundo critérios que vigoram para todos os estados da União Europeia. Pelo que as notas informativas que o Governo Regional



Sobre os mais de 20 programas ocupacionais, o social democrata considera-os “a prova última da incapacidade do Governo Regional em lidar com aquele problema social e económico”.

faz publicar com muita frequência, relativas ao número de desempregados inscritos nos centros de emprego, são manobras para confundir a opinião pública e não se referem efectivamente à taxa de desemprego”, explica.

“E também analisando esses dados, não encontramos motivos para regozijo, muito pelo contrário”, afirma o líder açoriano dos TSD, lembrando que, “em 2010, a média de inscritos nos centros de emprego da Região foi 6005 desempregados. Nos primeiros sete meses deste ano as inscrições ascendem a mais de 7300, 40% dos quais há mais de um ano”, refere.

Também no que toca a trabalhadores em programas ocupacionais “é forçoso concluir que os Açores ainda não saíram da crise”, reforça, criticando “a inexplicável, e até cínica, eufória do Governo Regional, já que se consi-

tata que triplicou o número de desempregados integrados nos programas ocupacionais, passando de 1413 para 4256”, revela Joaquim Machado.

Sobre os mais de 20 programas ocupacionais, o social democrata considera-os “a prova última da incapacidade do Governo Regional em lidar com aquele problema social e económico”.

“São milhares de açorianos sem emprego, mas muitos deles a trabalhar em repartições públicas, onde suprimem necessidades permanentes dos serviços, designadamente em estabelecimentos de ensino, onde chegam a substituir trabalhadores em greve, numa grosseira violação da lei”, lamenta.

Joaquim Machado falou ainda sobre o desemprego jovem na Região – relativo a indivi-

TAXA DE DESEMPREGO		
	2010	2019
Portugal	10,8%	6,3%
Açores	6,9%	8,2% *

\* segundo trimestre

DESEMPREGADOS		
	2010	2019
Açores	8.139	10.310

média anual

DESEMPREGADOS INSCRITOS (Centros de Emprego)		
	2010	2019
Açores	6.005	7.382

média anual

TRABALHADORES OCUPADOS		
	2010	2019
Açores	1.413	4.256

média anual

duos dos 15 aos 24 anos -, “que atinge igualmente o valor mais alto do país, com 32,6%, quase o dobro da média nacional. E isso também não é um bom presságio para o futuro da nossa Região”, afirma.

“Temos de concluir que os Açores ainda não saíram da crise, e que a propaganda não corresponde à realidade. Em vez dessa propaganda, exige-se ao Governo Regional açoriano mais empenhamento e competência no desenvolvimento de políticas de combate ao desemprego e à precariedade laboral”, conclui o presidente dos TSD/Açores.

## Alargados dias de caça ao Pombo-das-Rochas na ilha Terceira para minimizar impacto na agricultura

A Secretária Regional da Agricultura e Florestas revelou ontem que através da Direção Regional dos Recursos Florestais, decidiu alterar o caderno venatório 2019/2020 na ilha Terceira, permitindo a caça ao Pombo-das-Rochas todos os dias da semana, para minimizar os impactos desta espécie na agricultura.

A portaria ontem publicada em Jornal Oficial, que produz efeitos a partir de 1 de setembro, aumenta o número de dias de caça ao Pombo-das-Rochas de quatro para sete dias por semana, mantendo, contudo, o mesmo número de peças que cada caçador pode caçar, ou seja, 50 pombos.

O Governo Regional justifica esta decisão com o facto desta espécie estar a prejudicar os agricultores terceirenses e as suas culturas, pelo que importava tomar medidas mitigadoras.

Deste modo, a portaria ontem publicada retifica a portaria de 25 de junho, referente ao calendário venatório para a ilha Terceira entre 2019/2020.

Os calendários venatórios para as diferentes ilhas açorianas resultam da auscultação realizada aos parceiros do sector, refletindo o consenso que foi alcançado entre todas as partes envolvidas neste processo. O Governo dos Açores tem como principal objectivo garantir que a gestão dos recursos cinegéticos seja feita de uma forma sustentável, no respeito pelos princípios da conservação da natureza e do equilíbrio biológico e em articulação com as restantes formas de exploração da terra. A gestão dos recursos, além de se basear em estudos sobre a biologia e ecologia das espécies cinegéticas da Região e nos resultados de programas de monitorização de longa duração, que têm permitido perceber as variações na abundância das suas populações, também tem em consideração a consulta das organizações de caçadores, agricultores, produtores florestais e de defesa do ambiente, assim como o resultado de inquéritos de opinião realizados aos caçadores durante as jornadas, refere uma nota do GaCS.

